



# **Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**

## **INSTRUÇÃO DO PERÍODO**

**Processo TC** 6649/989/16  
**Poder** EXECUTIVO  
**Município** Dolcinópolis  
**Entidade** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOLCINOPOLIS  
**Período** 03/2017  
**Relator** Dr. Renato Martins Costa  
**Unidade Fiscalizadora** UR-11 UNIDADE REGIONAL DE FERNANDÓPOLIS  
**Responsável** AMÉRICO RIBEIRO DO NASCIMENTO  
**Cargo** PREFEITO  
**CPF** 888.434.088-87  
**Período de Gestão** 01/01/2017 a 31/12/2017

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

### **ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL**

## **1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE**

### **1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE**

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

## **2 - Assunto de Fiscalização: LRF**

### **2.1 - GF15 - Análise da Receita (Execução Orçamentária)**

<b>Previsão acumulada</b>	R\$ 3.043.750,26	
<b>Realização acumulada</b>	R\$ 2.865.594,74	
<b>Variação</b>	R\$ -178.155,52	-5,8532%

Da análise do comportamento das receitas, constatamos uma situação desfavorável, uma vez que ficou aquém da meta de arrecadação, demonstrando, portanto, uma tendência ao descumprimento das Metas Fiscais, cabendo ao Ente o seu acompanhamento para eventuais adequações, razão pela qual, deve ser alertado nos termos do artigo 59, §1º, inciso V da Lei Complementar nº 101/00, para observância do disposto no art.9º da Lei supra citada.

## 2.2 - GF16 - Análise da Despesa (Execução Orçamentária)

<b>Receitas Realizadas :</b>	R\$ 2.865.594,74	
<b>Despesas Liquidadas até o Bimestre</b>	R\$ 1.953.928,29	
<b>Resultado da Execução Orçamentária</b>	R\$ 911.666,45	31,8142%

Da análise do comportamento das receitas arrecadadas e despesas liquidadas, observamos uma situação favorável, em virtude da ocorrência de superávit demonstrado.

## 2.3 - GF22 - RPPS - Previsão X Realização das Receitas Previdenciárias

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

## 2.4 - GF23 - RPPS - Análise das Disponibilidades Financeiras do Regime Previdenciário

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

## 2.5 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

### Posição no exercício anterior

Órgão	RP Proces	RP Não Proces
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOLCINOPOLIS	R\$ 1.690.424,37	R\$ 1.216.235,86

### Movimentação no Exercício

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOLCINOPOLIS	R\$ 0.00	R\$ 821.271,69	R\$ 0.00

### Posição atual

--	--	--	--

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOLCINOPOLIS	R\$ 883.159,66	R\$ 1.202.228,88	R\$ 242.221,87

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

### 3 - Assunto de Fiscalização: ENSINO

#### 3.1 - AE02 - Planejamento Atualizado de Aplicação em Ensino

<b>Receita Prevista Atualizada</b>	R\$ 11.986.000,00
<b>Despesa Fixada Atualizada</b>	R\$ 2.996.500,00
<b>Índice Apurado</b>	25,0000%

Após as alterações orçamentárias, realizadas até o período, foram mantidas dotações suficientes para atendimento da aplicação do percentual mínimo de 25,0000% na manutenção e desenvolvimento do ensino, exigido no art. 212 da CF.

#### 3.2 - AE03 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Liquidada

<b>Receita</b>	R\$ 2.775.883,78	
<b>Despesa Empenhada</b>	R\$ 677.268,64	24,3983%
<b>Despesa Liquidada</b>	R\$ 652.490,72	23,5057%
<b>Despesa Paga</b>	R\$ 608.683,66	21,9276%

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação desfavorável ao atendimento do disposto no art. 212 da CF, devendo ser alertado quanto às exigências do referido dispositivo legal.

#### 3.3 - AE04 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Empenhada

<b>Receita</b>	R\$ 2.775.883,78	
<b>Despesa Empenhada</b>	R\$ 677.268,64	24,3983%
<b>Despesa Liquidada</b>	R\$ 652.490,72	23,5057%
<b>Despesa Paga</b>	R\$ 608.683,66	21,9276%

Com base na Despesa Empenhada, o Município não atendeu ao disposto no art. 212 da CF.

### 3.4 - AE05 - Aplicação de Recursos do FUNDEB

Saldo Anterior	Receita	Despesa Empenhada	
		R\$	%
R\$ 700.926,68	R\$ 264.751,61	R\$ 259.460,64	98,0015%

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município apresenta percentual favorável ao atendimento do art. 21, §2º da Lei 11.494/07.

### 3.5 - AE06 - Aplicação de Recursos do FUNDEB na remuneração do Magistério

Saldo Anterior	Receita	Despesa Empenhada Magistério	
		R\$	%
R\$ 700.926,68	R\$ 264.751,61	R\$ 219.081,26	82,7497%

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município apresenta percentual favorável ao atendimento do art. 22 da Lei 11.494/07.

### 3.6 - AE07 - Aplicação dos Recursos do FUNDEF de Exercícios Anteriores

Saldo Anterior	Aplic. Financ.	Desp Empenhada	Saldo Atual
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município aplicou o saldo remanescente do FUNDEF recebido em exercícios anteriores.

### 3.7 - AE08 - Repasses Decendiais (Estimado)

25% dos Impostos - Retenções ao Fundeb	Repasses até o Período	

	<b>R\$</b>	<b>%</b>
R\$ 161.364,20	R\$ 459,08	0,2845%

Verifica-se que o Município, até o presente trimestre, efetuou repasses às contas vinculadas em valores que não indicam o atendimento ao disposto no art. 69, §5º da Lei Federal 9.394/96.

### 3.8 - AE10 - Parcela Diferida do Fundeb

Quadro para avaliação dos Recursos do Fundeb aplicados no exercício seguinte (5% - Fundeb diferido)

<b>Receita do FUNDEB - 2016 (A)</b>	R\$ 884.763,06
<b>Despesa do FUNDEB - 2016 (B)</b>	R\$ 884.763,06
<b>Resultado (C) = (A) - (B)</b>	R\$ 0,00
<b>Percentual não aplicado (D)</b>	0,0000%
<b>Receita do FUNDEB não aplicada em 2016 (C)</b>	R\$ 0,00
<b>Disponibilidade do FUNDEB do exercício 2016 contabilizada em 2017 (E)</b>	R\$ 3.952,11
<b>Diferença (F) = (C) - (E)</b>	R\$ -3.952,11
<b>Aplicação recursos FUNDEB do exercício 2016 em 2017 (despesas - até março/2017) (G)</b>	R\$ 0,00
<b>Resultado em relação à Receita não aplicada em 2016 (H) = (C) - (G)</b>	R\$ 0,00
<b>Resultado em relação à Disponibilidade do exercício anterior contabilizada em 2017 (I) = (E) - (G)</b>	R\$ 3.952,11
<b>FUNDEB aplicado no MAGISTÉRIO (2017 até março) (J)</b>	R\$ 0,00
<b>FUNDEB aplicado OUTROS (2017 até março) (K)</b>	R\$ 0,00
<b>Perc. Aplicação FUNDEB MAGISTÉRIO (L)</b>	0,0000%
<b>Perc. Aplicação FUNDEB OUTROS (M)</b>	0,0000%

Com base nos registros encaminhados pela entidade nos balancetes mensais ao Sistema Audesp, observamos os seguintes comportamentos/resultados no exercício em exame:

- a) aplicação dos recursos do Fundeb no exercício em exame: percentual apurado em **D**;
- b) diferença entre o que foi contabilizado e o calculado em relação à receita do Fundeb: valor apurado em **F**;
- c) valor aplicado no exercício seguinte ao examinado: apurado em **G**.
- d) resultado do valor aplicado no exercício seguinte ao examinado em relação ao contabilizado e em relação ao apurado: apurado em **H** e **I**.
- e) percentual observado no magistério e em outros: apurado em **L** e **M**.

## 4 - Assunto de Fiscalização: SAÚDE

### 4.1 - AS02 - Planejamento Atualizado de Aplicação em Saúde

<b>Receita Prevista Atualizada</b>	R\$ 11.986.000,00
<b>Despesa Fixada Atualizada</b>	R\$ 2.628.800,00
<b>Índice Apurado</b>	21,9323%

Após as alterações orçamentárias, realizadas até o período, foram mantidas dotações suficientes para atendimento da aplicação do percentual mínimo de 15,0000% nas ações e serviços de saúde, exigido no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

### 4.2 - AS03 - Aplicação de Recursos Próprios em Saúde com base na Despesa Liquidada

<b>Receita</b>	R\$ 2.775.883,78	
<b>Despesa Empenhada</b>	R\$ 520.090,42	18,7360%
<b>Despesa Liquidada</b>	R\$ 375.263,19	13,5187%
<b>Despesa Paga</b>	R\$ 324.455,34	11,6884%

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação inferior ao mínimo exigido no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF, devendo ser alertado quanto à sua situação desfavorável ao atendimento do referido disposto legal.

### 4.3 - AS04 - Aplicação de Recursos Próprios em Saúde com base na Despesa Empenhada

<b>Receita</b>	R\$ 2.775.883,78	
<b>Despesa Empenhada</b>	R\$ 520.090,42	18,7360%
<b>Despesa Liquidada</b>	R\$ 375.263,19	13,5187%
<b>Despesa Paga</b>	R\$ 324.455,34	11,6884%

Com base na Despesa Empenhada, o Município atendeu ao disposto no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

**Data da Geração:** 31/07/2017

**Hora da Geração:** 23:06:27